

# O advento do republicanismo e a escola republicana (1890-1926)

MARIA CÂNDIDA PROENÇA  
Universidade Nova de Lisboa

*Quisera que o derramamento da instrução chegasse às últimas camadas sociais; que a imprensa pública se tornasse um instrumento de progresso; e que o Estado protegesse o talento abandonado que a falta de cultura não deixa medrar.*

J.F. Henriques Nogueira, *Estudos sobre a reforma em Portugal, 1851*

## 1. O ADVENTO DO REPUBLICANISMO

### 1.1. OS PRIMÓRDIOS DO PENSAMENTO REPUBLICANO

As primeiras manifestações do pensamento republicano em Portugal surgiram no rescaldo da rebelião da *Patuleia*, como reacção contra a política cartista. Desde o início, o pensamento republicano pode considerar-se filiado num liberalismo de matriz revolucionária onde a conhecida tríade liberdade, igualdade, fraternidade resumia as esperanças progressistas dos que, desiludidos com o rumo dos acontecimentos, buscavam a tão almejada *regeneração* do País através da institucionalização e consolidação de um regime liberal que, ao adoptar a forma republicana, constituiria a panaceia para os males da Nação.

Os primeiros textos republicanos, surgidos em 1848 em periódicos clandestinos, têm uma certa fragilidade de conteúdo doutrinário e político<sup>1</sup> estando profundamente marcados pelos acontecimentos em curso. Na sequência da agitação provocada pela suposta «conspiração das hidras», nos meios setembristas a ideia de república começa a afirmar-se manifestando-se através de panfletos clandestinos – *A alvorada e É tarde* – e de periódicos de duração esporádica – *O regenerador, O republicano, A fraternidade e A república*<sup>2</sup>. O republicanismo despontava assim, mais entendido como um «sentimento» do que uma ideologia, manifestan-

<sup>1</sup> Cf. FERNANDO PEREIRA MARQUES (org.) *Esperem e verão! Textos republicanos clandestinos de 1848*, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 9 e ss.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*.

do-se pela oposição à feição conservadora do liberalismo, sem o pôr em causa, mas apenas o modo como a monarquia o vinha concretizando. Apresentava-se, então, como a busca de uma liberdade que promovesse efectivamente a igualdade dos cidadãos, adoptando a feição democratizante que o continuaria a caracterizar<sup>3</sup>.

Henriques Nogueira<sup>4</sup> foi, no dizer de Antero, o ideólogo «*germinal das reformas que há mister um povo e uma sociedade já gastos*»<sup>5</sup>. Na sua obra onde confluem os ideais do republicanismo e socialismo franceses de 1848 são apresentados, pela primeira vez, alguns dos temas que viriam a caracterizar a posterior propaganda republicana - municipalismo, federalismo, associativismo e educação como factor de emancipação do povo.

Após um intervalo de mais de uma dezena de anos, em que não ocorreram manifestações de vulto, influenciados pelos exemplos estrangeiros (República espanhola de 1868 seguida da República francesa de 1870 e da Comuna de Paris de 1871), os republicanos portugueses recobram novo alento, na crítica à situação de decadência a que os governos conservadores da monarquia tinham conduzido o País. Não estão sós nesta crítica, pois, tal como em 1848, continua a manter-se uma aliança com os socialistas. Se no triénio 1848-1851 se notava uma aproximação aos ideais de Saint-Simon e Fourier, na década de 70, o principal mentor ideológico dos jovens então reunidos nas *Conferências Democráticas* no Casino Lisbonense seria Proudhon.

## 1.2. REPUBLICANISMO, POSITIVISMO, SOCIALISMO

Na sua primeira experiência, em Portugal, o republicanismo surge-nos sem um corpo ideológico próprio, pois mesmo a obra de Henriques Nogueira, que anuncia alguns dos temas mais caros da futura propaganda republicana, é de nítida inspiração socialista. Esta relação unitária com o socialismo passou, contudo, a ser posta em causa a partir da década de 70. Joel Serrão considera que para tal facto terá contribuído o exemplo estrangeiro: «*A experiência da Comuna (1871) não só dera origem a uma República que assentara nos escombros fumegantes daquela, mas também, por toda a parte, joeirara o possível do utópico e obrigara a opções decisivas - república democrática, na linha do liberalismo, ou república social, e esta de feição claramente anti-burguesa.*»<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Joel Serrão foi dos primeiros a estudar o fenómeno republicano aliando-o a um liberalismo de carácter democratizante - «Republicanismo» in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, III vol. pp. 587-596; *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973; *Liberalismo, socialismo, republicanismo. Antologia de pensamento político português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

<sup>4</sup> J. F. HENRIQUES NOGUEIRA: *Estudos sobre a reforma em Portugal*, Lisboa, Tipografia Social, 1851.

<sup>5</sup> ANTERO DE QUINTAL: *Prosas*, Vol. I, pp. 17-23, citado por Joel Serrão in *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*, op. cit., p. 79.

<sup>6</sup> JOEL SERRÃO, op. cit., p. 83.

Data desta década uma nova estratégia da propaganda republicana que passou a assumir características mais conservadoras, na linha de um liberalismo democrático, mas onde ainda se albergavam tendências diferentes, desde um republicanismo federal muito próximo do socialismo, até aos positivistas como Teófilo Braga que consideravam que «*as emoções socialistas atrasaram a reorganização política deste país*»<sup>7</sup> e que, abandonando os ideais de reformismo social, passaram a enveredar decisivamente por uma política de propaganda que fazia depender da mudança de regime a solução para os diversos males que afligiam a pátria. Esta nova estratégia passará a congregar o esforço das hostes republicanas num crescente contínuo que alcançará os seus pontos mais entusiásticos nos festejos das comemorações do centenário da morte de Camões e nas grandes manifestações nacionalistas de repúdio pelo Ultimatum Inglês<sup>8</sup>.

A inclusão do republicanismo num liberalismo de carácter democratizante não deixa margem para dúvidas, mas em relação ao positivismo não se pode postular que fosse esta a única corrente de pensamento a influenciar a elite intelectual republicana, pois, apesar da nítida influência da obra de Comte e, posteriormente, de Littré entre a maioria dos grandes vultos do republicanismo português, não se pode negar que também existiam outras tendências. Veja-se o exemplo de Sampaio Bruno, reconhecidamente anti-positivista e cujo ardor republicano não deixa margens para dúvidas.

O positivismo republicano, como o positivismo português em geral, não revestiu carácter dogmático. Adoptando uma posição mais heterodoxa, reteve da obra comtiana a «teoria dos três estados» e a crença na necessidade imperiosa do advento do estado positivo, mas, ao recusar as teses místicas do fundador, não sistematizou propostas tendentes a institucionalizar uma «religião da humanidade». O positivismo em Portugal caracterizou-se fundamentalmente pelo seu cientismo e pela crença na evolução e no progresso, princípios que, segundo F. Catroga não se limitaram ao universo científico-filosófico, mas atravessaram toda a cultura portuguesa.<sup>9</sup>

### 1.3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CULTURA POLÍTICA REPUBLICANA

Basílio Teles, um dos grandes ideólogos republicanos, afirmava que «*todas as energias e valores sociais figuravam no partido*»<sup>10</sup> e, na verdade poderiam encon-

<sup>7</sup> TEÓFILO BRAGA: *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, 1880, p. 315. Os problemas da ligação entre republicanismo e positivismo foram têm sido analisados por vários historiadores. Além de Joel Serrão podemos citar alguns estudos mais recentes de Carvalho Homem, Amadeu, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989 e de Catroga, Fernando, *A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1977.

<sup>8</sup> Sobre o Ultimatum Inglês e a sua repercussão na opinião pública, com o consequente aproveitamento pelo Partido Republicano, veja-se Teixeira, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.

<sup>9</sup> Veja-se: *A militância laica e a descristianização da morte. 1865-1911*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988, 2. vols., onde o autor admite mesmo a existência de uma mentalidade positivista.

<sup>10</sup> BASÍLIO TELES: *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa, Portugália Editora, 1968, p. 78.

trar-se defensores do republicanismo em diversos estratos sociais, desde grandes proprietários como Henriques Nogueira e José Relvas, a professores universitários como era o caso de José Falcão, Teófilo Braga e Duarte Leite entre outros, ou a pequenos comerciantes e industriais. Se analisarmos as categorias socioprofissionais dos principais activistas republicanos encontraremos: médicos, professores, profissões liberais, industriais, comerciantes e um número assinalável de farmacêuticos, em suma, uma grande percentagem de profissões para cujo desempenho era necessário possuir um curso superior, o que permite afirmar que o republicanismo recrutaria as suas hostes entre uma elite intelectual que pensava o futuro da Pátria na busca da regeneração capaz de inverter a situação de decadência a que a monarquia a conduzira.

No binómio decadência/regeneração surgiu e se consolidou ao longo do século XIX o pensamento republicano, tornando-se esta dicotomia um dos principais vectores da sua cultura política. A elaboração e divulgação da tese da dependência externa face à Grã-Bretanha tornou-se outro dos esteios políticos do republicanismo que não se cansava de vituperar a velha aliança e a posição da nossa aliada preferencial em diversas ocorrências, desde a independência do Brasil ao Ultimatum.

O combate ao rotativismo monárquico e a defesa do sufrágio universal constituíam também pontos altos da propaganda republicana que, na década de 90, tinha abandonado as teses federativas que perfilhara de início para adoptar um empolgado discurso nacionalista e colonialista. Neste aspecto a República foi ainda mais longe do que a monarquia, que acusava de inércia e descuido face ao Império Ultramarino.

Um outro aspecto relevante do pensamento republicano é o seu reconhecido anticlericalismo, característica muitas vezes associada à filiação maçónica de muitos dos membros do P.R.P. Outros autores, porém, entrevêm nesta posição a influência da luta anticartista. O anticlericalismo — e sobretudo, o antijesuitismo — do republicanismo, além de prender-se, geneticamente, à inspiração maçónica, liga-se também, unitariamente, à tensão anticartista, ou seja, à estrutura do liberalismo, tal qual se intitucionalizou, entre nós. Na verdade, nesse polemismo anticlerical, auscultase a mágoa e o rancor pela aliança estreita, estabelecida entre a Igreja e a Carta Constitucional.»<sup>11</sup>

Um dos principais vectores da propaganda republicana em que cristalizam as esperanças de ressurgimento nacional aliadas a este movimento, foi a sua acção em prol da educação do povo. Como já se afirmou, a propaganda republicana intensificou-se consideravelmente na situação de crise que assolou a monarquia portuguesa na última década do século XIX. Nesta conjuntura, assistiu-se a um vigoroso crescimento do P.R.P. que se traduziu na organização de uma série crescente de agremiações (centros, grupos, associações, ligas, grémios, escolas, clubes...) que desempenharam papel de relevo na difusão dos ideais republicanos. Um dos aspectos mais salientes da obra efectuada por estas associações foi, sem margem para dúvidas, o formidável impulso concedido à causa da instrução.

<sup>11</sup> JOEL SERRÃO, *op. cit.* p. 91.

Para os mais destacados dirigentes republicanos a instrução do povo era condição indispensável à sua consciencialização cívica e à sua elevação moral e espiritual. Estes objectivos não poderiam alcançar-se apenas pela divulgação do ensino primário, embora este fosse a base inicial para o desenvolvimento de cidadãos mais instruídos e mais conscientes, pelo que, a par com as aulas que funcionavam em regra à noite, se realizavam nos centros republicanos sessões de divulgação cultural orientadas pelos mais prestigiados membros do Partido: professores, escritores e artistas. As prelecções incidiam sobre história pátria, geografia, ciências naturais, literatura nacional, questões políticas nacionais e internacionais, além de outros temas relacionados com a vida quotidiana das populações.

No final da monarquia existia um total de 160 centros republicanos, dos quais cerca de 40% se situavam nas cidades de Lisboa e Porto. Se a estas cidades juntarmos as associações existentes nos respectivos distritos a percentagem sobe para 65% o que é deveras significativo.

### *O republicanismo em 1900-1910*

#### *Centros republicanos (associações e escolas)<sup>12</sup>*

Viana do Castelo.....	2	Braga .....	3
Vila Real .....	4	Bragança.....	—
Porto.....	11	Porto (cidade).....	30
Aveiro .....	3	Viseu .....	3
Guarda.....	1	Coimbra.....	8
Castelo Branco.....	—	Leiria .....	3
Santarém .....	18	Lisboa.....	30
Lisboa (cidade) .....	33	Portalegre .....	2
Évora.....	4	Beja .....	1
Faro.....	2	Horta.....	1
Timor .....	1	<b>Total.....</b>	<b>160</b>

O papel educativo dos centros republicanos bem como o seu peso na alfabetização e na cultura cívica dos cidadãos ainda não foi estudado entre nós<sup>13</sup> e, não será dispiciendo realçar a importância de uma investigação sobre a actividade

<sup>12</sup> In OLIVEIRA MARQUES: *Portugal da Monarquia para a República - Nova História de Portugal*, vol. XI. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

<sup>13</sup> Oliveira Marques foi dos primeiros a contabilizar as associações republicanas em vários estudos pioneiros de que referimos: *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do senhor Marcelo Caetano*, 2 vols. Lisboa, Palas Editores, 1973-1975; *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d.(1977); *Portugal da Monarquia para a República - Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

cultural das diversas associações republicanas, nas duas últimas décadas do século XIX, para a compreensão do fenómeno do republicanismo e do papel da educação na formação do seu ideário.

#### 1.4. O IDEÁRIO EDUCATIVO

O pensamento pedagógico republicano, com raras excepções<sup>14</sup>, foi profundamente marcado pela pedagogia positivista. Entre os principais representantes republicanos desta corrente pedagógica, durante o período monárquico, registamos os nomes de Emídio Garcia, Teixeira Bastos, Rodrigues de Freitas, José Augusto Coelho, Teófilo Braga e Júlio de Matos<sup>15</sup>.

Os positivistas criticavam o carácter demasiado enciclopédico da nossa educação, em especial da educação secundária, por considerarem que exercia uma acção nefasta sobre o desenvolvimento das inteligências. Este excesso de enciclopedismo seria derivado do facto de os nossos regulamentos e programas, neste grau de ensino, serem meras cópias de regulamentos e programas estrangeiros sem terem nada a ver com as características próprias da nossa nacionalidade. Como afirmava Emídio Garcia, «a instrução secundária, sem perder o seu espírito científico e o seu carácter essencialmente geral e abstracto, deveria animar-se do espírito nacional e temperar-se no carácter português»<sup>16</sup>.

Nota-se uma nítida influência comtiana nas propostas pedagógicas dos positivistas portugueses. Como Augusto Comte, aplicavam à educação a lei dos três estados –religioso, metafísico e positivo– e, neste sentido, consideravam fundamental que se extirpasse da educação secundária tudo o que tinha a ver com as duas primeiras etapas. Daí a sua crítica cerrada à influência da religião católica na educação que ao longo dos tempos tinha dominado as consciências pelo terror e sufocado as inteligências e vontades pelo dogmatismo, tornando assim o ensino o último reduto da Igreja para dominar a sociedade civil. Ora, para que a instrução pudesse contribuir para o desenvolvimento intelectual do educando, tornava-se imperioso secularizá-la em todos os graus ou, em caso contrário, qualquer reforma educativa tornar-se-ia inútil.

Por outro lado a doutrina metafísica na escola seria também contraproducente porque «dando livre curso aos frutos da imaginação produziria na ordem intelec-

<sup>14</sup> Entre as excepções realçamos: Sampaio Bruno, Raul Proença que publicou alguns artigos pedagógicos com o título geral de «O ensino» no jornal *Heraldo* de Tavira, entre 1906 e 1907 e Bernardino Machado cujas propostas pedagógicas ultrapassam as posições meramente positivistas. Os ideais pedagógicos de Bernardino Machado foram objecto de um excelente estudo de Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

<sup>15</sup> Como já se afirmou, embora o ideário republicano esteja muito marcado pelo positivismo não podemos identificar a pedagogia positivista com republicanismo, pois também no campo monárquico havia propostas de renovação pedagógica de carácter positivista, como era o caso de Ramalho Ortigão, entre outros.

<sup>16</sup> EMÍDIO GARCIA: «Instrução secundária em Portugal» in *O Positivismo*, Lisboa, 1880, p. 468.

*tual e moral, política e económica, em teoria e na prática uma confusa e desordenada multiplicidade de opiniões e sistemas incoerentes e contraditórios, que, lançando a incerteza nos espíritos e a perturbação nas consciências, originaria a mais espantosa anarquia no meio social, deixando, sob as ruínas da teologia, o cepticismo nas inteligências e a desolação nos corações.»<sup>17</sup>.*

Postas de parte as duas directrizes atrás indicadas, qual deveria ser então a orientação do ensino? Para os positivistas, o ensino teria que ser conduzido cientificamente, conferindo aos alunos as bases necessárias para actuar no mundo sensível, aplicando, de modo eficaz, a ciência, ao mesmo tempo que se deveria incutir nos educandos a perspectiva de um ideal realizável a longo prazo. Ora, só a ciência positiva corresponderia a estas finalidades e, por isso, o ensino deveria procurar a realização e vulgarização do saber positivo. Num ensino orientado por estes pressupostos, o aluno começaria por aprender as ciências que lhe poderiam fornecer os conhecimentos básicos das leis que regulam a existência do mundo exterior: cosmologia, biologia, antropologia e sociologia. Este conhecimento geral e teórico precederia a aprendizagem concreta e prática de uma profissão ou ofício, condição indispensável à boa organização da vida colectiva.

A pedagogia positivista republicana é de nítida inspiração spenceriana ao exaltar a ciência como única manifestação legítima do infinito inalcançável, atribuindo-lhe o papel até então reservado à religião. A ciência passa a ser considerada, quase que de uma forma mística, como o único meio de alcançar a verdade absoluta. Deste pressuposto deriva a sua filiação na tendência mais pragmática da pedagogia positivista que encarava a ciência como fundamento de toda a vida humana nas suas diversas manifestações sociais, políticas, morais e religiosas. Em algumas sensibilidades do pensamento pedagógico republicano é possível detectar também influências do utilitarismo inglês na linha de Stuart Mill, ao atribuir à educação pela ciência o valor formativo de educar para a liberdade. As finalidades educativas alcançam deste modo um âmbito mais lato, visando a formação do homem, fundamentalmente através da sua vida social o que, em nosso entender, estará na origem da atenção concedida pelos republicanos à educação cívica e à formação de cidadãos, espinha dorsal do sistema educativo que irão implantar após a tomada do poder em 1910.

Entre 1890 e 1910, as grandes mudanças educativas não partirão dos republicanos que, como oposição, terão, por vezes, atitudes contraditórias no que concerne à modernidade educativa. Assim aconteceu com a reforma de 1894/1895, nitidamente influenciada pelo idealismo alemão<sup>18</sup>. Esta reforma anunciava uma linha precursora de privilegiar a educação integral face à instrução e, encontrava-

<sup>17</sup> EMÍDIO GARCIA, op. cit. p. 488.

<sup>18</sup> A reforma educativa de 1894/1895, geralmente denominada «Reforma de Jaime Moniz», foi objecto de estudo de Maria Cândida Proença que acentuou o seu carácter de modernidade educativa, bem como a polémica que na altura provocou com os republicanos defensores dos ideais positivistas e utilitários. Cf. *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*, Lisboa, F.C.S.H. 1993 (dissertação de doutoramento policopiada).

se bastante próxima das reformas do regeneracionismo espanhol de 1900 e 1902, bem como da reforma francesa de 1902 que restabelecia a unidade orgânica do ensino secundário. A dominância da inspiração alemã nas transformações educativas dos sistemas de ensino europeus é visível na maioria das reformas que se verificaram nos finais do Século XIX e princípios do Século XX, pelo que é possível, neste período, detectar algumas características comuns nos principais países europeus: «*maior centralização do ensino, formação geral de base humanística, carácter nacionalista do ensino, investimento na formação dos professores, maiores cuidados com a metodologia didáctica e aproveitamento dos aspectos formativos do ensino*»<sup>19</sup>.

Apesar da violenta crítica republicana a reforma triunfou, fundamentalmente por razões de conjuntura política, o que não invalida o seu valor, pois ao criar entre nós o ensino secundário moderno, salvo ligeiras alterações pontuais, o seu modelo permaneceria por um período relativamente longo, ultrapassando mesmo a República, e só seria posto em causa, definitivamente, em 1936, por Carneiro Pacheco.

Um outro princípio preconizado por Jaime Moniz, nos textos legais de 1894/1895, e que será concretizado em 1901, no contexto da reforma do ensino superior, reside na exigência de uma formação científica de base no campo da pedagogia, como preparação para a docência no ensino secundário. Também neste âmbito a República irá continuar e aprofundar as bases iniciadas por aquele pedagogo na década final da monarquia.

Além da acção escolar e cívica realizada pelos centros republicanos no campo da educação, podem realçar-se outras iniciativas republicanas no âmbito da instrução popular como a criação da *Academia de Estudos Livres*, fundada em 1899, cujos estatutos foram aprovados em 1904, com a designação de *Universidade Popular*<sup>20</sup>, e a a fundação, em 1905, da Escola-Oficina N.º 1, fruto da união entre republicanos maçons e anarquistas.

## 2. A ESCOLA REPUBLICANA

Uma vez no poder, os republicanos tencionavam pôr em execução os seus princípios pedagógicos no que se referia ao ensino, vector fundamental da sua propaganda durante a última fase da monarquia. Não faltaram ao republicanismo português excelentes pedagogos, nem escassearam os mais variados projectos inovadores no campo do movimento da «Escola Nova», mas a realidade crua das

<sup>19</sup> MARIA CÂNDIDA PROENÇA, op. cit. p. 504.

<sup>20</sup> Cf. ROGÉRIO FERNANDES: *Uma experiência de formação de adultos na 1ª república. A Universidade Livre para a Educação Popular 1911-1917*, Lisboa, C.M.L.1993, p. 10. Discorrendo sobre o assunto o autor afirma: «*Tratava-se de uma instituição claramente propagadora da ideologia republicana, com fortes conotações maçónicas a atentar nos principais colaboradores*».



condições socioeconómicas e dos recursos materiais e humanos dificultou a concretização dos seus ideais. Sobre este desfazamento entre utopia e realidade, António Nóvoa produziu recentemente uma excelente síntese<sup>21</sup> que veio confirmar a opinião anteriormente assumida por Rómulo de Carvalho<sup>22</sup>.

Apesar do relativo fraco crescimento quantitativo, a República veio introduzir em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania.

## 2.1. A LAICISAÇÃO DA ESCOLA E A FORMAÇÃO CÍVICA NO DISCURSO E PRÁTICA PEDAGÓGICA REPUBLICANOS

Uma das características mais inovadoras da escola republicana reside na nova forma de encarar a formação do futuro cidadão, o «homem novo» que era mister formar. Numa perspectiva onde se detectam fortes laivos da influência francesa de 1789 a ruptura teria que ser radical. «*Por um lado, a cidade republicana será o produto de um homem novo, formado no seio de instituições libertas do espírito jesuítico e monárquico; por outro lado, a organização de uma educação republicana só se poderá fazer no seio de uma sociedade nova.*»<sup>23</sup>

A dimensão cívica da formação para a cidadania entre 1910 e 1926 está a ser objecto de uma tese de doutoramento de Joaquim Pintassilgo, orientada por Jose Maria Hernandez Diaz, da Faculdade de Educação da Universidade de Salamanca. Na tesina, já elaborada<sup>24</sup>, o autor aponta diversas componentes da educação cívica na escola primária da 1ª República, demonstrando o aspecto laico e mesmo anti-clerical do ensino, apesar das declarações de neutralidade presentes nos textos legais<sup>25</sup>; a introdução de uma nova disciplina no currículo - educação cívica<sup>26</sup> - com objectivos muito próximos da inculcação de valores; os cultos cívicos então introduzidos como rituais simbólicos de uma pretendida religiosidade cívica: o culto da Pátria, da bandeira e dos grandes heróis.<sup>27</sup> O nacionalismo e patriotismo, ideais mobilizadores destes cultos, eram explorados também através dos programas de algumas disciplinas como História e Geografia<sup>28</sup>.

<sup>21</sup> Cf. ANTÓNIO NÓVOA: «A República e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades» in *Reformas do Ensino em Portugal. Reforma de 1911*, tomo II, vol. I, Lisboa, I.I.E. 1989, pp. IX-XXIV.

<sup>22</sup> Cf. RÓMULO CARVALHO: *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986, cap. XVII, pp. 651-718.

<sup>23</sup> ANTÓNIO NÓVOA, op. cit. p. X.

<sup>24</sup> JOAQUIM PINTASSILGO: *A formação de cidadãos na 1ª República Portuguesa*, Salamanca, 1994 (ex. policopiado).

<sup>25</sup> Idem, pp. 66-75.

<sup>26</sup> Idem, ibidem, pp. 75-93.

<sup>27</sup> Idem, ibidem, pp. 93-111.

<sup>28</sup> Sobre os ideais nacionalistas e patrióticos transmitidos através dos programas da disciplina de História veja-se: SÉRGIO CAMPOS DE MATOS: *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

A festa da árvore, lançada em Março de 1913, pelo semanário *O Século Agrícola*, obteve entusiástica adesão das entidades republicanas e do professorado primário tornando-se uma das cerimónias cívicas mais importantes no quotidiano escolar, impregnada de inequívocas implicações maçónicas e herdeira directa, mais uma vez, da religiosidade cívica da França revolucionária<sup>29</sup>.

As festas da árvore ficaram profundamente marcadas, não só no quotidiano escolar, como no das populações locais. Os estudos sobre o quotidiano e a memória escolar ainda são raros no nosso país. É uma área que começa a ser agora explorada, inserida em universos mais vastos, tanto em projectos de investigação sobre a vida privada e quotidiano<sup>30</sup>, como em projectos relacionados com a recolha e tratamento da memória oral e das vivências e objectos do quotidiano escolar<sup>31</sup>.

## 2.2. PEDAGOGOS E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

Dispôs a 1ª República de um vasto leque de pedagogos que estão na origem do lançamento de diversas iniciativas oficiais e particulares, apoiadas em sólidas bases científicas. Como afirma Rogério Fernandes «*Um dos aspectos mais característicos do movimento pedagógico português durante a 1ª República é o seu vigoroso impulso em ordem à constituição de uma pedagogia científica*»<sup>32</sup>. Um dos aspectos mais visíveis dessa preocupação residiu no estímulo concedido à formação de professores tanto ao nível primário como secundário. Também aqui, como em outros sectores pedagógicos, a obra republicana se situa mais numa posição de continuidade e aperfeiçoamento do que já se praticava nos finais da monarquia, do que na opção por soluções de ruptura. Desde o início do século (1901) que, por proposta de Jaime Moniz, na reforma do Curso Superior de Letras, tinham sido introduzidas disciplinas de Ciências da Educação como: Pedagogia, História da Pedagogia e da Metodologia do Ensino<sup>33</sup>. A disciplina de Pedagogia deveria compreender no seu programa as bases psicológicas da educação. Também nos últimos anos da monarquia se tinha assistido a projectos de deslocação de consagrados pedagogos ao estrangeiro no sentido de tomarem contacto com modernas metodologias de ensino em algumas escolas inseridas no movimento da «Escola Nova».

<sup>29</sup> Sobre a festa da árvore veja-se: Pintassilgo, Joaquim, op. cit. pp. 112-121.

<sup>30</sup> Está em preparação, pela Editorial Presença, uma *História da vida privada e do quotidiano em Portugal*, onde, pela primeira vez, serão inseridos textos relativos ao quotidiano escolar. Estão presentemente no prelo dois textos de Maria Cândida Proença, *O universo da educação (1820-1910)* a inserir no III volume da colecção e *O ensino e a educação (1910-1990)* que faz parte do volume IV.

<sup>31</sup> Trata-se de um projecto de investigação coordenado por Luís Vidigal subordinado ao tema *Projecto Museológico sobre educação e infância*, no âmbito do qual já foram publicadas mais de duas dezenas de brochuras sobre temáticas que abrangem um leque diversificado desde fundamentação teórica e metodológica a estratégias de ensino, história oral e história da educação.

<sup>32</sup> ROGÉRIO FERNANDES: *A pedagogia portuguesa contemporânea*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1979, p. 11.

<sup>33</sup> Decreto de 24 de Dezembro de 1901, artº 6º, parágrafo 2º.

Uma vez no poder os republicanos continuaram as tendências que se vinham verificando e, logo na reforma de ensino de 1911, criaram as Faculdades de Letras e as Escolas Normais Superiores destinadas a preparar para a docência do ensino secundário. A nível do ensino primário também se procurou uma melhoria da formação dos docentes pela introdução de disciplinas como Pedagogia Geral, Metodologia do Ensino Primário e Pedologia<sup>34</sup>.

O desenvolvimento das Ciências da Educação no período republicano em relação com a formação de professores alerta-nos para o vigor do pensamento pedagógico na época. Rogério Fernandes na sua vasta bibliografia tem abordado, com frequência, a obra pedagógica de muitos republicanos. Bernardino Machado e o seu combate pela escola democrática<sup>35</sup>, Faria de Vasconcelos, porventura o maior vulto da «Escola Nova», e os seus trabalhos de pedagogia experimental<sup>36</sup>, António Sérgio e a sua defesa de uma pedagogia para o ressurgimento nacional<sup>37</sup>, Bento de Jesus Caraça, na sua luta pela cultura integral e em prol da «escola única»<sup>38</sup>, Adolfo Coelho, pedagogo que muito contribuiu para a cientificidade da educação na monarquia e que a morte viria a encontrar, já no período republicano, à frente da Escola Preparatória Rodrigues Sampaio<sup>39</sup>, ou João de Barros ardente defensor da laicização da escola<sup>40</sup>, mereceram o interesse deste investigador do pensamento pedagógico português. João de Barros, foi também, recentemente, objecto de uma tese de doutoramento que realça o papel deste pedagogo na construção da utopia educativa da criação do «homem novo» republicano através do ensino<sup>41</sup>.

Foi ainda o período republicano fértil em experiências pedagógicas inovadoras, muitas vezes à margem do poder oficial. Está neste caso o exemplo emblemático da Escola Oficina nº1, criada em 1905, por impulso de maçons republicanos e anarquistas que viria a instituir um modelo de ensino libertário que se manteve até 1930, e a que se encontram ligados nomes de pedagogos tão importantes como Adolfo Lima e César Porto, principais responsáveis pela renovação pedagógica deste estabelecimento de ensino, recentemente objecto duma tese de doutoramento de António Candeias<sup>42</sup>. A criação desta escola insere-se num movimento de desenvolvimento da educação popular, ligado a meios operários que esteve na origem

<sup>34</sup> Cf. ROGÉRIO FERNANDES, op. cit. p. 17.

<sup>35</sup> ROGÉRIO FERNANDES: *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

<sup>36</sup> ROGÉRIO FERNANDES: *A pedagogia portuguesa contemporânea*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1979, pp. 111-120.

<sup>37</sup> Idem, pp. 43-110.

<sup>38</sup> Idem, pp. 131-136.

<sup>39</sup> ROGÉRIO FERNANDES: *As ideias pedagógicas de Adolfo Coelho*, Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1973.

<sup>40</sup> ROGÉRIO FERNANDES: *João de Barros, educador republicano*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971.

<sup>41</sup> ALBERTO FILIPE ARAÚJO: *O homem novo no discurso pedagógico de João de Barros*, Braga, Universidade do Minho, 1994.

<sup>42</sup> ANTÓNIO CANDEIAS: *Educar de outra forma. A Escola-Oficina nº 1 de Lisboa. 1905-1930*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994.

de inúmeras escolas primárias criadas por organizações populares e sindicalistas. «No período que decorre entre o princípio do século XX e o final da Primeira República existe uma atitude bastante consistente por parte do operariado organizado em Portugal, maioritariamente influenciado pelo anarco-sindicalismo de construir uma rede educativa paralela à do Estado, sobretudo no que diz respeito às escolas primárias para crianças, cujo modelo pedagógico ideal é o modelo representado pela Escola-Oficina N.º 1»<sup>43</sup>.

A pedagogia experimental teve também na época alguns representantes entre nós, como Alves dos Santos, Director da Sociedade de Estudos Pedagógicos, António Aurélio da Costa Ferreira que se viria a especializar na educação de deficientes, ou Álvaro Viana de Lemos, fervoroso adepto da pedagogia Freinet<sup>44</sup>.

Nomes importantes da cultura portuguesa incluíram entre as suas preocupações de intervenção cívica a defesa de modelos educativos democratizantes. Estão neste caso, António Sérgio, Jaime Cortesão e Raúl Proença<sup>45</sup> que, em conjunto com outros intelectuais reunidos em torno da *Seara Nova*, repensaram os problemas culto-mentais da pátria portuguesa, atribuindo ao ensino papel decisivo no ressurgimento nacional, tantas vezes pensado e desejado, mas outras tantas adiado.

## 2.3. A REALIDADE EDUCATIVA

### 2.3.1. O ensino primário

Ao chegar ao poder, em 1910, os republicanos encontraram uma realidade educativa que nos afastava da maioria dos países europeus. As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1% na totalidade, sendo de 81,2% para as mulheres. Perante tal situação o combate ao analfabetismo impunha-se como objectivo prioritário, pelo que a República, mais uma vez numa solução de continuidade, opta pelo recurso às chamadas *Escolas Móveis* que, criadas pela monarquia, em 1882, para divulgar a utilização do *Método de João de Deus* na aprendizagem da leitura, tinham realizado entre, 1882 e 1897, 73 missões, de que resultaram 2004 alunos aprovados, num total de 5797 inscritos<sup>46</sup>. Neste campo, os números referentes ao idêntico movimento republicano, não têm comparação, pois, segundo José Salvado Sampaio, entre 1913 e 1930 teriam frequentado este ensino 200000 alunos, dos quais obtiveram aproveitamento cerca de 100000<sup>47</sup>. Como nos diz António Nóvoa «a

<sup>43</sup> ANTÓNIO CANDEIAS, op. cit. p. 31.

<sup>44</sup> Veja-se ROGÉRIO FERNANDES: *O pensamento pedagógico em Portugal*, op. cit. p. 126.

<sup>45</sup> António Reis, autor que se tem dedicado ao estudo do pensamento de Raúl Proença, está em fase de conclusão de uma tese de doutoramento, na F.C.S.H. da U.N.L., em que dedica alguns capítulos à posição pedagógica deste intelectual.

<sup>46</sup> Cf. MARIA CÂNDIDA PROENÇA: *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico*, op. cit. pp. 121-122.

<sup>47</sup> Cf. JOSÉ SALVADO SAMPAIO: «Escolas móveis (contribuição monográfica» in *Boletim Bibliográfico e informativo*, Lisboa C.I.P. Gulbenkian, n.º, 1969, pp. 9-28.

*concepção destas escolas baseia-se em pressupostos «reduutores» e «voluntaristas»: por um lado, porque restringem as aprendizagens escolares à alfabetização, abrindo um precedente de que o Estado Novo se apropriará abusivamente em 1931 para criar os postos de ensino; por outro lado, porque valorizam na contratação do pessoal docente a lealdade política e ideológica em detrimento de critérios técnico profissionais.»<sup>48</sup>*

As escolas móveis foram um importante veículo da propaganda republicana, e, a crer num testemunho coevo, era injusta a crítica que lhes era movida pelas organizações associativas dos professores primários sobre a deficiente preparação dos seus docentes.

#### Habilitações dos professores das escolas móveis (ano de 1916)

Habilitações	Número
Curso Superior de Medicina	1
Curso Superior de Letras	1
Curso dos Liceus e cadeiras da Universidade	5
Curso das Escolas Normais	75
Curso de Teologia	15
Professores de Ensino Livre	55
Curso dos Liceus	3
Quinto ano do Liceu	15
Quarto ano do Liceu	3
Terceiro ano do Liceu	5
Curso de Farmácia	1
Curso de Regente Agrícola	1
Terceiro ano da Faculdade de Direito	2
Professores de escolas fixas	5
Professores de Ensino Livre (não inscritos com o 2º grau)	54
Curso de Comércio	2
Segundo ano da Escola Normal	1
<b>TOTAL</b>	<b>244</b>

Fonte: Abílio David, *Escolas Móveis*, pp. 49-50.

A par das Escolas Móveis o Estado apostou na expansão da rede escolar primária, mas apesar de um relativo crescimento, não conseguiu atingir a desejada cobertura de todo o país. Continuaram a existir, principalmente no interior, muitas

<sup>48</sup> ANTÓNIO NÓVOA: *A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades*, op. cit. p. XI.

regiões sem escolas, e as condições materiais do parque escolar também não obtiveram uma considerável melhoria. Entre 1910 e 1919 foram criadas cerca de 666 escolas, (passou-se de 6347 para 7013), mas, em funcionamento, os números variaram entre 5305, em 1910, e 6585, em 1919, o que corresponde a um aumento percentual de 24,1%.

A Reforma de 1911, criou dois ciclos para o ensino primário: ensino primário elementar com a duração de 3 anos e ensino primário complementar com a duração de 5 anos, mas manteve a obrigatoriedade escolar apenas para os três primeiros anos de ensino<sup>49</sup>. Apesar de limitada, a escolaridade não foi efectivamente cumprida. Assim: em 1910, de 629691 crianças recenseadas, apenas se matricularam 271830, isto é, cerca de 43% das crianças em idade escolar, e dessas só frequentaram regularmente 235 771 (86,7% das matriculadas). Em 1919, de 1128100 crianças recenseadas, matricularam-se 289605 o que nos dá uma percentagem ainda inferior –25,6%– com uma frequência regular de 243 822 (84,1% das matrículas), números que parecem contrariar o empenho dos republicanos na causa educativa<sup>50</sup>.

Da mesma maneira, o combate ao analfabetismo não revelou os resultados esperados, pois a diferença percentual entre 1910 e 1920 virá a cifrar-se apenas em 4,2 pontos (passa-se de 75,1% em 1911, para 70,9% em 1920)<sup>51</sup>. Os republicanos procuravam justificação para o falhanço do cumprimento da escolaridade obrigatória, nos problemas decorrentes das dificuldades atravessadas pelo País no período da 1ª Guerra Mundial. Ora, se verificarmos as estatísticas, o número de alunos matriculados entre 1915 e 1919, regista uma diminuição constante, passando de 342763 para 289605, o que corresponde a uma diminuição percentual de 15,5%<sup>52</sup>.

A dura realidade dos números não impediu que na Reforma de 1919 se propusesse um aumento geral do ensino primário. Os dois ciclos passam a denominar-se de: geral com 5 anos e superior com 3 anos. A escolaridade obrigatória era agora de 5 anos, medida totalmente irrealista, tendo em conta a chaga estrutural que o trabalho infantil tem representado na nossa contemporaneidade.

Um outro aspecto importante da política educativa republicana é a criação do ensino primário superior. «*Trata-se de uma das mais significativas medidas legislativas da República que poderia ter sido a «escola tipo que devia realizar entre nós o regime da escola única - escola activa, de ensino integral, de cultura e de*

<sup>49</sup> In.: «Regulamento do Ensino Primário» Capítulo I, Artigo 1º, Cf. *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911*, Lisboa, I.I.E. 1989, p. 6.

<sup>50</sup> Utilizámos nos cálculos dados obtidos em *Ensino Primário Oficial. 1910 a 1915*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919 e *Ensino Primário Oficial. Anos lectivos de 1915-16 a 1918-19*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

<sup>51</sup> Utilizámos para os nossos cálculos os *Censos da População*, nos anos indicados. Suprimindo os menores de 7 anos os números descem respectivamente para 70% e 66%. Sobre alfabetização neste período pode consultar-se de Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo» in *Análise Social*, nº 103-104, Lisboa, I.C.S. 1988, pp. 1067-1145.

<sup>52</sup> Continuamos a utilizar os dados estatísticos referidos na nota 51.

trabalho de pré-aprendizagem profissional - Escola-oficina, ou Escola-granja, conforme a região»<sup>53</sup>.

O ensino primário superior teve uma existência bastante atribulada e, em 1924, António Sérgio, numa política de contenção de despesas, suprime todas as escolas Primárias Superiores criadas pelo Estado, permitindo apenas que se mantivessem em funcionamento as que «fossem directamente providas pelos Municípios ou pelas Juntas Gerais dos Distritos»<sup>54</sup>. O decreto de extinção abrangeu 51 escolas, frequentadas por 2311 alunos, dos quais 1338 eram raparigas<sup>55</sup>. Apesar da sua efémera duração as Escolas Primárias Superiores constituíam uma iniciativa pedagogicamente avançada no sentido de uma efectiva democratização do ensino.

### 2.3.2. O ensino industrial e comercial e o ensino secundário

Apesar da acérrima crítica movida pelos republicanos à organização escolar instituída por Jaime Moniz em 1894-1895, uma vez no poder, a República pouco irá inovar em termos de ensino secundário. A despeito dos antigos partidários das disciplinas independentes, os planos de ensino continuaram a basear-se no regime de classe, publicando-se até alguma legislação no sentido de o favorecer<sup>56</sup>.

A primeira reforma do ensino secundário, elaborada por um governo republicano, data de 14 de Julho de 1918, e foi publicada em ditadura, durante o consulado de Sidónio Pais, pelo seu ministro Alfredo de Magalhães. O preâmbulo realçava que os governos da República não tinham ainda procedido a uma reforma do ensino liceal que se tornava urgente actualizar.

O plano não apresentava grandes inovações. Não alterou o regime de classe estabelecido em 1895, e representava até um regresso à divisão por ciclos proposta por Jaime Moniz. Os acontecimentos políticos condenaram, de imediato, a aplicação desta reforma, e, em 1919, promulgava-se mais uma reforma do ensino secundário que, como seria de esperar, não era motivada por quaisquer objectivos pedagógicos ou científico-culturais, mas resultava da conjuntura política, limitando-se, por isso, a repor, com leves arranjos curriculares, a situação anterior. Esta reforma e a que se lhe seguiu, em 1921, não alteraram o tipo de ensino enciclopédico que caracterizou o ensino liceal, desde a sua criação até aos anos trinta do

<sup>53</sup> ANTÓNIO NÓVOA, op. cit. p. XVI. O autor cita em parte: Adolfo Lima «Escolas Primárias Superiores» in *Educação Social*, nº 12, de 15 de Dezembro de 1926, p. 393.

<sup>54</sup> ROGÉRIO FERNANDES: «António Sérgio, Ministro da Instrução Pública» in *Revista de História das Ideias*, vol. 5, Coimbra, 1983, p. 642

<sup>55</sup> Idem, p. 643.

<sup>56</sup> A Portaria de 9 de Dezembro de 1913, enviava aos liceus determinações para que os professores directores de turma da mesma classe reunissem, com frequência, para imprimir unidade ao ensino, e, para que os professores do mesmo grupo de disciplinas promovessem reuniões para discutirem os métodos de ensino. Documentos que também procuravam organizar de forma mais eficiente o ensino em classe foram ainda o Decreto nº 858, de 11 de Setembro de 1914, seguido de uma portaria normativa de 21 do mesmo mês.

nosso século, quando Gustavo Cordeiro Ramos e Carneiro Pacheco, mudaram significativamente o rumo da instrução portuguesa ao acentuarem o papel ideológico da educação, sobrepondo à transmissão de conhecimentos a inculcação de valores.

Apesar da pouca atenção prestada pelo governo da República ao ensino secundário, verificou-se nesta área um crescimento mais acentuado do que o que ocorreu no ensino primário. Assim, se em 1910, se poderiam contar 8691 alunos matriculados, em 1926, esse número subia para 15096 o que aponta para um crescimento percentual de 42,4%<sup>57</sup>. Apesar de também se ter verificado um ligeiro decréscimo durante o período da Grande Guerra, o acentuado crescimento do ensino secundário será mais uma achega para a caracterização social da 1ª República, como um fenómeno urbano e pequeno burguês.

Quanto ao ensino técnico e profissional, um dos temas mais caros da propaganda republicana durante a monarquia, também não mereceu da República a atenção que seria de esperar. Em 1918, o ensino técnico e profissional foi reorganizado passando a ser ministrado nos seguintes estabelecimentos de ensino: Escolas de Artes e Ofícios, Escolas Industriais, Escolas Preparatórias e Instituto Superior Técnico, para o ensino industrial, Aulas Comerciais, Escolas Comerciais, Institutos Comerciais e Instituto Superior do Comércio para o ensino comercial<sup>58</sup>.

Também neste nível de ensino se assistiu a um notável crescimento passando de 8169 alunos em 1914-15 para 13085 em 1925-26<sup>59</sup>.

### 2.3.3. *O Ensino Superior*

O ensino superior foi um dos sectores educativos a que a República prestou mais atenção<sup>60</sup>. Neste caso não seriam apenas razões pedagógicas que moveram os legisladores, mas também razões de ordem política, se tivermos em conta posteriores acontecimentos ligados com a Universidade de Coimbra e o seu corpo docente. Tornava-se necessário acabar com o quase monopólio que a Universidade de Coimbra exercia no ensino superior. A luta que se iniciara no século XIX, obtivera apenas resultados bastante modestos a atentar nos estabelecimentos de ensino superior criados em Lisboa e Porto que nunca conseguiram retirar a Coimbra a

<sup>57</sup> Cf. A.H. DE OLIVEIRA MARQUES: *Portugal da Monarquia para a República*, op. cit. p. 539. O ensino secundário durante a República ainda não foi objecto de um estudo aprofundado. Neste ponto, a obra de referência ainda continua a ser: Valente, Vasco Pulido, «O Estado liberal e o ensino» in *Economia e Finanças*, vol. XL, 1972.

<sup>58</sup> Cf. RÓMULO DE CARVALHO: *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, F. Gulbenkian, 1986, p. 696.

<sup>59</sup> Dados obtidos em ANTÓNIO NÓVOA, op. cit. p. XXV. Tal como para o ensino liceal também nos faltam estudos para o ensino técnico e profissional durante o período republicano.

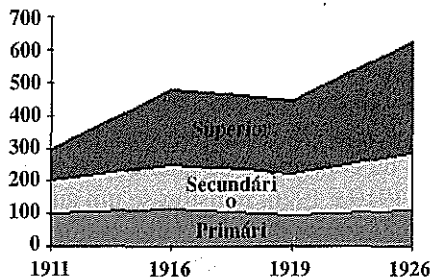
<sup>60</sup> Salvo casos esporádicos, o ensino superior não tem merecido a atenção dos historiadores da educação. Ainda não está feita a história da Universidade Portuguesa, apesar de existirem esforços nesse sentido que estão a ser levados a cabo, fundamentalmente, no que se refere à Universidade de Coimbra.



primazia que usufruía. No Decreto de 22 de Março de 1911, afirmava-se no seu Artigo 1º *No território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, são criadas mais duas Universidades - uma com sede em Lisboa e outra no Porto*<sup>61</sup>. Nada se acrescentava sobre a organização universitária que o legislador remetia para futuros documentos. Em 19 de Abril, será então publicado o primeiro diploma que organiza as universidades portuguesas, a que se seguirá um conjunto de legislação que virá a alterar, por completo, a estrutura do ensino superior herdada da monarquia.

A maior oferta universitária e a completa reestruturação deste sector viriam a provocar um considerável aumento na frequência do ensino superior que de um total de 1212 alunos, em 1911-12, passaria para um total de 4117, em 1925-26, ocorrendo, neste caso, um crescimento percentual de 236%<sup>62</sup>.

Índices de crescimento nos diferentes níveis de ensino<sup>63</sup>



Como o gráfico demonstra, o crescimento percentual nos ensinos superior e secundário foi muito mais elevado do que o que se verificou no ensino primário, o que revela a tendência para a procura de mais altos níveis de escolaridade pelas classes média e superior. O elevado número de alunos que abandonavam a escolaridade ao finalizar os graus primário e secundário são por outro lado o reflexo do estrangulamento do sistema de ensino português que se manteve fortemente elitista.

#### 2.3.4. O crescimento do ensino feminino

A aceleração contínua do crescimento do ensino feminino nos diversos níveis –primário, secundário, técnico e profissional e superior– constitui sem dúvida uma

<sup>61</sup> In. *Reformas de Ensino em Portugal*, op. cit. p. 104.

<sup>62</sup> Os dados referentes aos anos de 1911 e 1925 foram obtidos em ANTÓNIO NÓVOA, op. cit. p. XXVIII.

<sup>63</sup> Fontes utilizadas: para o Ensino Primário - Estatísticas Oficiais; para o Ensino Secundário - A.H. DE OLIVEIRA MARQUES, op. cit. p. 539; para o ensino superior - ANTÓNIO NÓVOA, op. cit. p. XXVIII (neste caso os últimos dados são referentes ao ano de 1925 e não 1926).

das transformações educativas que caracterizam o século XX. O processo que se iniciara no princípio do século, prolongou-se pela República existindo alguns estudos recentes que comprovam e procuram caracterizar o fenómeno<sup>64</sup>.

O crescimento feminino, terá sido mais resultado do desenvolvimento social e económico e da acção de diversas associações femininas, com relevo para a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, do que de uma política educativa favorecedora da instrução da mulher. Neste caso, como no crescimento do ensino em geral, foram também as classes médias as protagonistas da mudança. Num estudo sobre o primeiro liceu feminino, o maior grupo profissional representado na amostra dos pais das alunas era, «o dos «artífices» designação algo ambígua (24%), seguindo-se o dos comerciantes (15%) e o dos militares (11%), enquanto abaixo dos 10% se sucediam os funcionários públicos, os trabalhadores, polícias, empregados do comércio, transportes e serviços marítimos.»<sup>65</sup>. Como se verifica, trata-se de uma distribuição profissional em que o sector primário está completamente ausente, e onde o sector terciário tem um peso que ronda os 75%. Também aqui o fenómeno se revelou urbano e burguês.

As percentagens de mulheres a frequentar o ensino vão subindo gradualmente. Assim, no ensino primário, entre 1910 e 1919, verificou-se um crescimento de 15% no número de alunas matriculadas, mas a subida percentual em 1915, antes de se sentirem os efeitos da conjuntura de guerra, chegara a atingir os 35%<sup>66</sup>. No ensino secundário, entre 1910 e 1926, registou-se um aumento de 32% no número de alunas dos liceus<sup>67</sup> feminina nas diferentes universidades. Em Lisboa, em Ciências, entre 1915 e 1920 mais de 10% das alunas eram do sexo feminino, percentagem que subia em Letras para 22%, em 1915-16, chegando a atingir 35% em 1919-20. Medicina, contava apenas com 4 alunas no ano que antecede a guerra, e Direito mantém uma média de 2% do total de matrículas.

O ensino superior não apresentou o mesmo ritmo de crescimento do ensino feminino em todas as universidades. Como seria de esperar o fenómeno começa por se verificar primeiro em Lisboa, seguindo-se-lhe o Porto e, só mais tarde, se verifica em Coimbra, sempre numa escala inferior. Oliveira Marques<sup>68</sup> reconstituiu a presença feminina nas diferentes universidades. Em Lisboa, em Ciências, entre 1915 e 1920, mais de 10% das alunas eram do sexo feminino, percentagem que

<sup>64</sup> Veja-se a este respeito: MARIA DA GRAÇA BRETES: O discurso sobre a Educação Sexual em Portugal (Do início do século XX até à deriva de trinta do mesmo século), Lisboa, F.C.S.H da U.N.L., 1989, (dissertação de mestrado policopiada); MARIA JOSÉ LA FUENTE: *O Ensino Secundário Feminino. Os primeiros vinte anos da Escola Maria Pia*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1989 (dissertação de mestrado policopiada); PAULO JORGE ALVES GUINOTE: *Quotidianos femininos (1900-1933)*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1985, (dissertação de mestrado policopiada).

<sup>65</sup> PAULO JORGE ALVES GUINOTE, op. cit. p. 56 que apresenta dados recolhidos em MARIA JOSÉ LA FUENTE, op. cit.

<sup>66</sup> Dados obtidos nas *Estatísticas Oficiais do Ensino Primário*.

<sup>67</sup> A.H. DE OLIVEIRA MARQUES, op. cit. p. 539.

<sup>68</sup> A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, op. cit. pp. 571-573.

subia em Letras para 22%, em 1915-16, chegando a atingir 35% em 1919-20. Medicina contava apenas com 4 alunas no ano que antecede a guerra, e Direito mantém uma média de 2% do total de matrículas.

No caso de Coimbra, a presença feminina só ultrapassou a dezena em 1912-13 (11 alunas). Em 1915-16 as mulheres representam 3,1% da população estudantil e, em 1926-27, a percentagem atinge os 6,4% do total, números bem mais modestos do que o que ocorria em Lisboa e que apontam para um maior conservadorismo da academia coimbrã.

#### 2.4. A INSTRUÇÃO POPULAR

Uma das obras mais inovadoras a que a República deu corpo no campo educativo foi o forte impulso concedido à causa da instrução popular<sup>69</sup>, através de associações que revestiram, em geral, o carácter de universidades populares. *«De finalidade educativa, mas com uma função social de integração ou regulação, estas instituições são promovidas ou têm a colaboração das elites intelectuais e surgem de um universo ideológico marcado por ideias de democracia política e reformismo social, cujo horizonte se determina na formação, consolidação e revitalização do estado republicano»*<sup>70</sup>.

Os intelectuais que apostaram e deram corpo a este modelo de educação alternativa encontravam-se em grande número ligados à maçonaria. Além das ligações republicanas, também existiram outras influências no movimento, nomeadamente anarquistas, em tentativas conjuntas ou isoladas, embora nem sempre bem sucedidas. A instrução popular dirigia-se em especial a adultos e recrutava o seu público fundamentalmente no meio operário. Muitos dos mais prestigiados intelectuais e pedagogos republicanos estiveram ligados a estas associações educativas. Entre outros destacamos: Teófilo Braga, Ricardo Jorge, Casimiro de Moura, Magalhães Lima, Aurélio da Costa Ferreira que exerceram acção preponderante na Universidade Livre para a Educação Popular, entre 1911 e 1917, e Ferreira de Macedo, Adolfo Lima, Raúl Proença, Bento de Jesus Caraça, Faria de Vasconcelos, Jaime Cortesão, António Sérgio, Alexandre Vieira que prestaram especial colaboração à Universidade Popular Portuguesa, entre 1919 e 1927.

A vida escolar nestas instituições revestia carácter particular. *«A conferência ou palestra livre, os cursos subordinados a um tema ou a uma disciplina, a biblioteca, as visitas de estudo e as excursões foram os meios mais vulgarizados, havendo ainda lugar para a utilização de outros suportes educativos como a projecção*

<sup>69</sup> Além do já referido estudo de Rogério Fernandes sobre a Universidade Livre para a Educação Popular, veja-se também FILOMENA BANDEIRA: *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1994 (dissertação de mestrado policopiada). Apesar destas contribuições trata-se de um campo ainda pouco problematizado entre nós.

<sup>70</sup> FILOMENA BANDEIRA, op. cit. p. 4.

de filmes, a dramatização de textos, a organização de festas comemorativas e sessões musicais»<sup>71</sup>.

## 2.5. A PROFISSÃO DOCENTE

A formação de professores do ensino primário e a melhoria do seu estatuto socioprofissional pode afirmar-se terem sido preocupações da República, o que não é de estranhar se tivermos em conta que, por um lado, o anticlericalismo da República passaria a atribuir ao professor funções importantíssimas, algumas até então reservadas aos padres e, por outro lado, os progressos efectuados rumo a uma pedagogia de base científica e experimental faziam prever um maior investimento nesta área de formação.

A profissão docente, a nível do professorado primário tem sido objecto de alguns importantes estudos entre nós<sup>72</sup> que se têm debruçado sobre o estatuto sócio profissional destes docentes, analisando diversas modalidades de formação, origem social, nível económico e progressiva feminização da carreira. Estes estudos permitem-nos concluir que, durante a República, também neste ponto foram mais ambiciosos os objectivos do que a correspondente realidade. «Desde a primeira hora que os republicanos assumiram a reforma do ensino normal como a prioridade das prioridades. Desde a primeira hora que o novo regime se tinha mostrado incapaz de pôr fim aos jogos de interesses e às pressões políticas que impediam o desenvolvimento de novas instituições de formação de professores»<sup>73</sup>.

Entre 1910 e 1918 não se procedeu a uma reforma de fundo nas antigas Escolas Normais herdadas da monarquia. As alterações conjunturais efectuadas visavam mais objectivos políticos —formar professores republicanos— do que uma profunda mudança de orientação científica na formação de docentes. Em 1918-19, proceder-se-á a uma completa reestruturação dos Cursos Normais que passaram a ter um carácter mais profissionalizante, acentuando o peso das disciplinas de formação pedagógica e didáctica, em moldes científicos e experimentais, em detrimento dos outros saberes. Esta mudança implicava uma maior exigência nas habilitações de acesso. Uma característica deste novo tipo de formação residia na

<sup>71</sup> Idem, pp. 4-5.

<sup>72</sup> António Nóvoa Tem dedicado vários estudos à profissão docente, o mais importante dos quais é, sem margem para dúvidas *Le temps des professeurs - Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, 2 vols. Também Áurea Adão dedicou especial atenção ao estatuto profissional dos professores primários em *O estatuto socio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1984. Mais recentemente, Helena Costa Araújo apresentou uma tese de doutoramento na Open University sobre o tema *The construction of primary teaching as women's work in Portugal (1870-1933)* em que aborda fundamentalmente os problemas da feminização da profissão de professor primário.

<sup>73</sup> ANTÓNIO NÓVOA: A república e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades, op. cit. p. XVII.

atenção que era prestada a disciplinas de carácter técnico, à Música, Canto Coral e Ginástica Pedagógica.

António Nóvoa realça o facto de a primeira geração de professores genuinamente republicanos, isto é formados de início por instituições escolares republicanas, não terem praticamente chegado a desempenhar funções no sistema de ensino criado pela República, porque diplomados numa situação em que grassava o desemprego na classe dificilmente encontrariam lugar nas escolas do Estado<sup>74</sup>.

O nível socioeconómico do professorado primário subiu efectivamente durante a República, pois não só se verificou, até 1922, um crescimento contínuo dos salários reais, como o discurso oficial lhes atribuía uma missão social da mais alta importância. Deve realçar-se ainda que as organizações de classe alcançaram grande vitalidade na época, não só em termos reivindicativos como em termos científicos promovendo diversos Congressos Pedagógicos.

Quanto ao estatuto socioprofissional dos professores de instrução secundária no período republicano, o panorama em termos de investigação é francamente desolador, pois, à parte algumas achegas existentes em estudos mais abrangentes<sup>75</sup> a história da profissão docente neste nível de ensino ainda se encontra por fazer.

## CONCLUSÃO

A ideologia republican foi profundamente marcada pela crença no papel indispensável da educação e do ensino para a construção do «homem novo» e de uma nova sociedade. Em termos de inovação educativa<sup>76</sup>, dentro do sistema oficial, assistiu-se ao elaborar de novas propostas reformadoras, de uma nova concepção face ao papel da escola e da construção de um pensamento pedagógico inovador cientificamente fundamentado. Fora da educação do Estado, também foi possível encontrar várias realizações que construíram novos modelos alternativos, com relevo para a educação libertária. Por outro lado, foi possível concretizar algumas experiências de educação popular que apesar de, por vezes efémeras, não deixam de ter um relevante significado pedagógico.

Convém não esquecer, porém, que o movimento para a modernidade não se iniciou na República. Essa viragem já se vinha anunciando desde a monarquia pelo que as realizações educativas dos republicanos, uma vez no poder, se podem

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>75</sup> Vasco Pulido Valente in *O Estado Liberal e o ensino (1834-1930)*, op. cit. dedica um capítulo aos professores de ensino secundário «Os professores (1759-1926). Também José Gomes Bento dedicou uma obra ao movimento associativo dos docentes do ensino secundário *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a 1932*, Porto, Ed. do Autor, 1973.

<sup>76</sup> Tomamos aqui inovação na acepção de Rogério Fernandes in «História das inovações educativas (1875-1936)»; *História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e actividades*, Lisboa, I.I.E.1993 pp. 157-170.

considerar mais marcadas pela continuidade com o movimento que se iniciara na última década do século XIX, do que pela busca de soluções de ruptura. Neste aspecto, será a aposta na educação cívica como base do futuro cidadão que marcará a originalidade da escola republicana.

A 1ª República foi atravessada por convulsões políticas e crises económicas, vicissitudes que estão na origem da modéstia dos resultados de muitas das realizações educativas republicanas, embora se possa considerar que o balanço foi positivo principalmente no campo das iniciativas particulares.